SUMA BRASIL - SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE S.A.

CNPJ: 16.565.111/0001-85

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

ATIVO	NE	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixas e equivalentes de caixa	4	11.007	29.032
Contas a receber de clientes	5	38.094	51.471
Valores a receber	6	5.990	5.671
Partes relacionadas	7	45.360	38.094
Impostos e contribuições a recuperar		6.745	3.220
Despesas antecipadas		6.298	1.593
Outros ativos		8.298	8.913
		121.792	137.994
Ativos não circulantes mantidos para venda	9	42.928	36.419
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	5.861	-
Contas a receber de clientes	5	535	826
Outros ativos		259	259
Investimento	10	2.747	365
Imobilizado	11	40.582	35.174
Intangível	11	68	2
Total do ativo não circulante		50.052	36.626
TOTAL DO ATIVO		214.772	211.039

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		5.901	6.179
Empréstimos e Financiamentos	12	34.827	46.000
Obrigações tributárias		6.848	6.551
Tributos parcelados		112	112
Obrigações sociais e trabalhistas		11.317	9.178
Contas a pagar de partes relacionadas	7	1.194	970
Outros passivos		183	3.439
Total do passivo circulante		60.382	72.429
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	72.956	61.426
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	-	1.032
Total do passivo não circulante		72.956	62.458
Total do passivo		133.338	134.887
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	14	69.562	43.343
Adiantamento para futuro aumento de capital	14	-	26.219
Reserva legal		391	365
Reserva de capital		5.313	-
Reserva de lucros		6.168	6.225
Total do patrimônio líquido		81.434	76.152
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		214.772	211.039

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO - EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	NE	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva Retenção de lucros	Lucros/ Prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		43.343	-	-	344	5.793	-	49.480
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	26.219	-	-	-	-	26.219
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	428	428
Distribuição do lucro líquido:								
Reserva legal		-	-	-	21	-	(21)	-
Reversão de dividendos anteriores		-	-	-	-	127	-	127
Dividendos minimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(102)	(102)
Transferência para retenção de lucros		-	-	-	-	305	(305)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		43.343	26.219	-	365	6.225	-	76.152
Aumento de capital social	14	26.219	(26.219)	-	-	-	-	-
Reserva de ágio na incorporação da Czar		-	-	5.313	-	(525)	-	4.788
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	514	514
Distribuição do lucro líquido:								
Reserva legal		-	-	-	26	-	(26)	-
Reversão de dividendos anteriores		-	-	-	-	102	-	102
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(122)	(122)
Transferência para retenção de lucros		-	-	-	-	366	(366)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		69.562	-	5.313	391	6.168	-	81.434

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 - Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma

1. Contexto Operacional - A Suma Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais. A companhia se destaca no mercado de gerenciamento e valorização de resíduos, além de promover serviços de educação e sensibilização ambiental. Está presente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Brasília. O ano de 2020 demandou esforços e superação de desafios, diante dos impactos econômicos e sociais em todos os setores, decorrentes da pandemia da Covid-19. Uma das principais orientações para mitigar a transmissão do vírus, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é a manutenção de hábitos de higiene, pessoais e dos ambientes públicos e privados, o que demonstra a importância da prestação de serviços de saneamento, como condição essencial no combate a pandemia. Dessa forma, apesar do cenário incomum, os efeitos da pandemia não causaram impactos relevantes nas operações da Suma Brasil e não houve, portanto, alterações significativas em suas Demonstrações Financeiras, fator que demonstra que a Companhia mantém sua capacidade de honrar com seus passivos, e os indícios financeiros atuais refletem uma expectativa de manter continuidade nesta capacidade financeira. Diante da essencialidade dos serviços prestados, a Companhia adotou como ação emergencial a criação do Comitê de Combate ao Covid-19, com a divulgação do plano de contingências, visando preservar a integridade e saúde dos colaboradores e consequentemente da sociedade, com medidas de monitoramento e prevenção aos efeitos da Covid-19, trabalho remoto e ações para garantir o fornecimento de materiais essenciais para o processo de produção. Tais medidas serão mantidas para o exercício de 2021, diante da permanência da crise mundial. Ainda, em 08 de abril de 2020, a Consita Tratamento de Resíduos S/A passou a ser denominada Suma Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente S.A.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras - 2.1. Declaração de Conformidade - As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por ações, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela administração da Companhia em 12 de março de 2021. Moeda Funcional - As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 2.2. Uso de Estimativa - A preparação de demonstrações financeiras requer que a Administração da Companhia efetue estimativas e adote premissas no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil do ativo imobilizado e do intangível, realização de impostos diferidos ativos, mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas, pelo menos anualmente e seus efeitos são registrados no período em que essas estimativas são revistas. As informações sobre os julgamentos críticos efetuados pela Administração da Companhia, referente a políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre suas premissas e estimativas relevantes, estão assim relacionadas: **(i) Depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível**: Este cálculo é realizado de forma linear, de acordo com a vida útil de cada ativo. A Administração entende que tal estimativa reflete substancialmente a vida econômica dos bens. A vida útil é revisada anualmente, e os efeitos dessas revisões são reconhecidos no período em que essas estimativas são realizadas. **(ii) Avaliação dos instrumentos financeiros**: A Companhia revisa, periodicamente, a sua estrutura de capital, considerando os custos de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento. A administração confia que as técnicas de avaliação e premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros. **(iii) Provisões**: O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação final de cada período do relatório, considerando todas as incertezas relativas à obrigação.

3. Principais práticas contábeis - 3.1. Caixa e Equivalentes de Caixa: Abrange contas bancárias disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos em títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança no valor. 3.2. Ativos Financeiros: 3.2.1 Classificação: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado por custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e valor justo por meio do resultado ("FVTPL"). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. 3.2.2 Reconhecimento e mensuração: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. 3.2.3 Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros: Ativos mensurados ao custo amortizado: A Companhia avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: • dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; • uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; • probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e • extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros. 3.2.4 Desreconhecimento de ativos financeiros: Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: • os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e • a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo. Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo. 3.3. Passivos financeiros: 3.3.1 Reconhecimento e mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Empréstimos e financiamentos e contas a pagar são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. 3.3.2 Mensuração subsequente: Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. 3.3.3 Desreconhecimento de passivos financeiros: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis, reconhecida na demonstração do resultado. 3.4. Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado, são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos. 3.5. Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos: Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor líquido de venda do ativo, uma perda é reconhecida no resultado do exercício. No exercício de 2020 não houve perdas identificadas e contabilizadas. Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de alguma perda do seu valor recuperável (impairment) ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. 3.6. Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos: O imposto de renda é calculado com base na legislação vigente, à alíquota de 25% sobre o lucro tributável. A contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável ajustado conforme legislação específica. O lucro tributável difere do lucro apresentado nas demonstrações de resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. Os impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias, na data do balanço, entre a base tributária de ativos e passivos e seus valores contábeis para fins de divulgação financeira. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na medida em que seja provável a geração de lucro tributável suficiente para realização das diferenças temporárias dedutíveis e utilização dos créditos e perdas tributários. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. No caso da Companhia, decorre do benefício fiscal de tributar os resultados de serviços prestados a órgãos públicos somente quando recebidos. 3.7. Reconhecimentos de Receita: A receita referente a serviços, com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios significativos inerentes ao produto são transferidos para o comprador. 3.8. IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos: Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor o IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia analisou seus contratos vigentes e identificou que eles continuam não atendendo à definição de arrendamento contida na norma NBC TG 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, do CFC (IFRS 16), uma vez que a sua duração é de até seis meses. 3.9. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020: Em 1º de janeiro de 2020 entraram em vigor as alterações no IAS 1 "Presentation of Financial Statements", e IAS 8 "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors", e no IFRS 3 "Business Combinations", todavia, a Companhia analisou os efeitos destas alterações e não foram identificados impactos relevantes a serem divulgados nas demonstrações financeiras, tendo em vista que não houve transações desta natureza durante o exercício.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa e bancos	1.874	6.342
Aplicações financeiras	9.133	22.690
Total	**11.007**	**29.032**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificado de depósito bancário remunerado à taxa de 94%. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

5. Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes estão compostas como segue:

	2020	2019
Clientes a receber	18.665	31.336
Medições a faturar (i)	23.159	22.552
Total	**41.824**	**53.888**
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	(3.195)	(1.591)
	38.629	52.297
Circulante	38.094	51.471
Não circulante	535	826
	38.629	**52.297**

(i) As medições a faturar compreendem repactuações/reajustes contratuais que serão faturados no exercício subsequente.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	NE	2020	2019
Receita líquida dos serviços	15	179.044	101.914
Custo dos serviços prestados	16	(168.436)	(92.514)
LUCRO BRUTO		10.608	9.400
Despesas gerais e administrativas	16	(6.914)	(3.258)
Resultado da equivalência patrimonial	10	2.887	325
Despesas com provisões		(1.273)	(1.941)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		209	848
LUCRO OPERACIONAL		5.517	5.374
Receitas financeiras	17	6.984	2.453
Despesas financeiras	17	(13.901)	(7.252)
RESULTADO FINANCEIRO		(6.917)	(4.799)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(1.400)	575
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	1.914	(147)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		514	428
Lucro por ação		0,0078	0,0108

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	514	428
Resultado abrangente total do período	514	428

O prazo de vencimento das contas a receber é como segue:

	2020	2019
A vencer	5.684	14.513
Vencidos até 360 dias	2.365	6.207
Vencidos há mais de 360 dias	10.616	10.616
Medições de serviços a faturar	23.159	22.552
	41.824	**53.888**
(-) Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	**(3.195)**	**(1.591)**
	38.629	**52.297**

O prazo médio de recebimento é de 45 dias.

6. Valores a receber - Os valores a receber são referentes às sociedades abaixo:

	2020	2019
Augusto Carlos Pereira	3.099	3.208
Jose Maria Meireles Junqueira	1.991	1.941
Agra Participações Ltda.	198	198
Outros valores a receber	702	324
Total	**5.990**	**5.671**

7. Partes relacionadas - As contas a receber de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

	2020	2019
Geres Participações S/A	27.544	27.275
Ecoss Ambiental Serviços de Limpeza	5.431	3.872
Empresa Construtora Brasil S.A.	12.384	6.947
Suma Sucursal	1	-
Total	**45.360**	**38.094**

As contas a pagar de partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2020, estão compostas como segue:

	2020	2019
Geres Participações S/A	122	-
CTR Santa Luzia	1.072	970
Total	**1.194**	**970**

8. Imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos, e o respectivo valor contábil. O valor diferido, em 31 de dezembro de 2020, é resultado dos serviços faturados, mas ainda não recebidos, de órgãos governamentais.

	IR/CS 2020	IR/CS 2019
Impostos diferidos passivos		
Prefeitura Municipal de Timóteo	-	576
SLU - Superintendência de Limpeza Urbana	-	340
Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso	-	215
Prefeitura Municipal de Contagem	-	727
Valor Justo Ativo Mantido para Venda	2.725	625
Depreciação Fiscal	43	64
Variação cambial	1	-
	2.769	2.547
Impostos diferidos ativos		
Provisão para contingência	7	119
Perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa	1.086	541
Prejuízos fiscais	6.740	855
Ágio na incorporação Czar	797	-
	8.630	1.515
Impostos diferidos ativos (passivos), líquidos	5.861	(1.032)

11. Imobilizado e intagível

	Taxa Média Depr. Anual	2020 Valor Aquisição	2020 Depreciação Acumulada	2020 Saldo Líquido	2019 Valor Aquisição	2019 Depreciação Acumulada	2019 Saldo Líquido
Maqui. Equip. Diversos	20% e 25%	23.483	(12.143)	11.340	20.998	(9.680)	11.318
Veículos	20%	46.104	(17.382)	28.722	33.242	(9.753)	23.489
Móveis e utensílios	10%	594	(180)	414	469	(102)	367
Imobilizações em andamento		106	-	106	-	-	-
TOTAL		**70.287**	**(29.705)**	**40.582**	**54.709**	**(19.535)**	**35.174**
Direito de Uso de Software		85	(17)	68	2	-	2
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		**70.372**	**(29.722)**	**40.650**	**54.711**	**(19.535)**	**35.176**

Movimentação		Saldo 2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo 2020
Maqui. Equip. Diversos	20% e 25%	11.318	2.495	(11)	(2.463)	1	11.340
Veículos	20%	23.489	12.908	-	(7.675)	-	28.722
Móveis e utensílios	10%	367	129	(1)	(80)	(1)	414
Imobilizações em andamento		-	106	-	-	-	106
TOTAL		**35.174**	**15.638**	**(12)**	**(10.218)**	**-**	**40.582**
Direito de Uso de Software		2	82	-	(16)	-	68
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL		**35.176**	**15.720**	**(12)**	**(10.234)**	**-**	**40.650**

12. Empréstimos e financiamentos - Os empréstimos para capital de giro e os financiamentos para aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para integrar o ativo imobilizado da Companhia, são os seguintes:

	2020	2019
Capital de Giro		
Banco ABC	-	1.567
Banco do Brasil	7.157	8.642
Banco Luso	-	6.417
Banco Sicoob	2.955	924
Banco Semear	6.798	9.640
Banco BRB	33.979	35.510
	50.889	**62.700**
Operações Finame		
Banco Volkswagen	49.855	41.397
Banco Itaú	2.002	2.209
Banco Bradesco	867	932
Banco Sicoob	1.272	188
Banco CNH Industrial	2.065	-
Banco Semear	833	-
	56.894	**44.726**
Total	**107.783**	**107.426**
Circulante	34.827	46.000
Não circulante	72.956	61.426
Total	**107.783**	**107.426**

Cronograma de vencimentos:

ANO	2020	2019
2020	-	46.000
2021	34.827	23.526
2022	27.332	22.562
2023	21.779	8.891
2024	20.270	6.447
2025	3.575	-
Total	107.783	107.426

Os empréstimos de capital de giro obtidos pela Companhia estão garantidos por aval dos acionistas e as operações FINAME pelos bens/equipamentos financiados.

13. Provisão para contingências - A Companhia é parte envolvida em ações judiciais decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis. A administração acompanha o desenvolvimento desses processos, e com base em indicações dos advogados, externos e internos, para todos aqueles processos nos quais a probabilidade de perda é avaliada como provável é constituída provisão para riscos. A provisão é considerada pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas. O saldo registrado de provisão para riscos em 31 de dezembro de 2020 é de R$ 20, conforme movimentação abaixo:

	Cíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2019	350
Adições	-
Reversões	(330)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20

Perdas possíveis estimadas pelos advogados em ações cíveis no valor de R$ 60.332 não foram provisionadas contabilmente, com fundamento na norma NBC TG 25 – Provisões, Passivos contingentes e Ativos contingentes, e que a Administração acredita e espera desfecho final favorável, inclusive em ação civil pública movida em 2017 pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

14. Patrimônio líquido - O Capital Social atual da Companhia é de R$ 69.561.791,75 (R$ 43.343.015,75 em 2019), representado por 65.707.630 ações ordinárias, nominativas, indivisíveis e sem valor nominal. Em 2019, os acionistas deliberaram a constituição do adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R$ 26.218.776,00, conforme consta em contrato assinado da assunção de dívida e aporte para AFAC. Em 05 de outubro de 2020, a assembleia geral extraordinária deliberou o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 26.218.776,00 mediante a capitalização do AFAC realizado em 2019.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

	NE	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		514	428
Depreciação e amortização	11	10.234	5.543
Valor residual baixado	11	12	11.520
Ajuste a valor justo do ativo mantido para venda	9	(6.176)	(1.839)
Provisões líquidas de reversões		1.273	1.591
Resultado da equivalência patrimonial	10	(2.887)	(325)
Juros provisionados		13.273	-
Lucro ajustado		16.243	16.918
Aumento (redução) dos ativos operacionais			
Contas a receber		12.065	(32.400)
Partes relacionadas		13.763	(16.997)
Despesas antecipadas		(4.705)	(278)
Outros ativos		(9.443)	(9.504)
		11.680	(59.179)
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		(278)	4.581
Obrigações sociais e trabalhistas		2.139	4.459
Obrigações tributárias		297	2.008
Partes relacionadas		(19.201)	(17.928)
Outros passivos		(3.958)	2.710
		(21.001)	(4.170)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		6.922	(46.431)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado e intangível		(15.720)	(44.631)
Aquisição de investimentos		-	(39)
Recebimentos de partes relacionadas		3.402	-
Pagamentos a partes relacionadas		(3.292)	-
Ágio na incorporação		5.313	-
		(10.297)	(44.670)
Caixa líquido aplicado pelas (gerado nas) atividades de investimentos		(10.297)	(44.670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamentos a partes relacionadas		(167)	-
Cessão de direitos Ecoss		(1.567)	-
Captação de empréstimos e financiamentos		81.389	123.971
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	26.219
Pagamento de empréstimos e financiamentos		(94.305)	(34.977)
		(14.650)	115.213
Caixa líquido aplicado pelas (gerado nas) atividades de financiamentos		(14.650)	115.213
Redução (Aumento) líquida de caixa e equivalentes de caixa		(18.025)	24.112
Disponibilidades no início do exercício		29.032	4.920
Disponibilidades no final do exercício		11.007	29.032
		(18.025)	24.112

A conciliação entre a alíquota nominal e a alíquota efetiva é assim demonstrada:

	2020	2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(1.400)	575
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	476	(196)
Adições (exclusões) tributadas	1.438	49
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	1.914	(147)

9. Ativo mantido para venda - Os ativos e passivos referentes ao Aterro Sanitário de Santa Luzia (provenientes da incorporação da empresa CZAR Serviços Ambientais S.A) foram apresentados como mantidos para venda após a aprovação por parte da administração e dos acionistas do Grupo, em 30 de dezembro de 2019. Espera-se que até dezembro de 2021 a transação de venda do Aterro seja concluída.

Ativos mantidos para venda	2020	2019
Imobilizado	11.608	11.607
Ativos intangíveis	17.953	17.953
Ajuste a valor justo	8.015	1.839
Outros ativos circulantes	5.352	5.020
	42.928	36.419

Os ativos mantidos para venda foram avaliados ao seu valor justo e no exercício de 2020 a companhia registrou um ganho de R$ 6.176 (R$ 1.839 em 2019). Trata-se de um valor justo não recorrente, que foi mensurado usando-se informações adotadas pelo mercado, como os preços de vendas recentes em negócios semelhantes.

10. Investimento - A companhia constituiu a ECOSS Ambiental Serviços de Limpeza Urbana Ltda., Sociedade com propósito específico, "SPE", em 22 de abril de 2019, no qual possui a participação societária de 34% (trinta e quatro por cento) no capital social da entidade. A SPE tem como objeto social específico a prestação de serviços indivisíveis de limpeza Pública e destinação final ambientalmente adequada e devidamente licenciada dos resíduos provenientes destes serviços, no município de São Paulo. A companhia registrou um ajuste de avaliação patrimonial de R$ 2.887 (R$ 325 em 2019).

15. Receita líquida

	2020	2019
Receita de serviços	206.888	115.710
RECEITA BRUTA	**206.888**	**115.710**
Impostos sobre vendas e serviços	(27.844)	(13.796)
RECEITA LÍQUIDA	**179.044**	**101.914**

16. Custos e despesas por natureza

	2020	2019
Matérias-primas e materiais de consumo	16.320	9.872
Depreciação e amortização	10.093	8.777
Folha de pagamento	113.907	59.371
Aluguéis e estrutura	16.414	968
Manutenção e contrat. serviços	17.971	14.145
Energia elétrica e água	545	39
Outros	100	2.600
TOTAL	**175.350**	**95.772**
Custo das obras e serviços	168.436	92.514
Gerais e administrativas	6.914	3.258
TOTAL	**175.350**	**95.772**

17. Resultado financeiro

Receita financeira	2020	2019
Juros de aplicação financeira	311	10
Valor justo	6.177	1.839
Outros	496	604
	6.984	2.453
Despesa financeira		
Juros sobre emp. e financiamentos	(11.675)	(4.378)
Juros e multa	(204)	(1.193)
Descontos Incondicionais	(4)	(701)
IOF	(906)	(568)
Outros	(1.112)	(412)